

A COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EMANCIPATÓRIAS - A EXPERIÊNCIA DO *BOQUINHA*

Márcia Almeida Anselmo
Jornalista e Mestre em Comunicação e Informação (UFRGS)

Resumo: Esse artigo tem como objetivo apresentar a experiência observada pela autora, no período de setembro a novembro de 2008, durante a pesquisa de sua dissertação. Focando a discussão no processo de produção do *Boquinha*, encarte especial do jornal *Boca de Rua*, realizado por crianças e adolescentes, em Porto Alegre, RS, pretendemos analisar se as práticas de produção deste veículo são realizadas sob a perspectiva emancipatória. Buscamos entender se, ao participarem de atividades que estimulam o debate e a reflexão sobre suas realidades, os produtores do jornal conseguem desenvolver uma nova 'visão de mundo' e criar novas identificações.

Consideramos que, nessa fase da vida, as relações sociais desenvolvidas durante os processos de socialização são fundamentais para a construção das significações da vida social e para o desenvolvimento de novas perspectivas. Assim, colocamos em questão a apropriação de práticas jornalísticas como instrumento de desenvolvimento de novas concepções de mundo, devido ao processo comunicativo presente na elaboração de seus produtos. Em ambientes de livre expressão e comunicação, característico de produções comunitárias, os sujeitos têm a possibilidade de construir interações que estimulem discussões criativas, que potencializam suas capacidades e novas habilidades. São construídas novas histórias, a partir de novos processos argumentativos que oportunizam o desenvolvimento de identificações cidadãs e democráticas.

Palavras-Chaves: Comunicação Comunitária. Cidadania. Infância e Adolescência.

Abstract: This article aims to present the experience observed by the author in the period september-november 2008, during the search of his dissertation. Focusing the discussion on the production of *Boquinha*, insert particular newspaper *Boca de Rua*, made by children and adolescents in Porto Alegre, RS, we consider whether the practices of production of this vehicle are carried out under the emancipatory perspective. We understand it, to participate in activities that stimulate debate and reflection about their reality, producers of the newspaper to develop a new 'vision of the word' and create new identifications.

We believe that at that stage of life, social relations developed during the socialization process are fundamental to the meanings of social life and development of new perspectives. Thus, we concerned the appropriation of journalistic practices as a tool for development of new conceptions of the world because of this communicative process in the development of their products. In environments of free expression and communication, characteristic of Community production, the people have the possibility of interactions in order to build creative discussions that maximize their skills and encourage new skills. Are built new stories from new argumentative processes which nurture the development of identifications and democratic citizens.

Keywords: Communication Community. Citizenship. Childhood and Adolescence.

1 INTRODUÇÃO

Por acreditar que o ser humano está em crescente construção, compreendemos que a relação do indivíduo com o mundo e a produção de sentidos que permeia esta interação

produz ou reproduz suas condições sociais. Ao situar a realidade de crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade e risco social, colocamos em discussão, exatamente, o universo que configura suas ações e as possibilidades que vivenciam como forma de alterar uma condição pré-estabelecida pelo mundo adulto – que gravita em torno dos problemas sociais e faz da pobreza uma questão poética da problemática realidade brasileira.

Sabemos que a condição infanto-juvenil se cria nesta aresta entre o que deve dar certo econômica e socialmente e o que não se consegue modificar. Neste período da vida, o sujeito passa a determinar suas ações conforme as possibilidades de inserção em uma sociedade capital que reivindica sua participação, principalmente, como consumidor. Ou seja, o ser humano é construído para exercer uma função. Assim, a fase da vida que permitiria o desenvolvimento de outras perspectivas e projetos, passa a ser exercida em torno de uma lógica funcional. Segundo Melucci (1997), o tempo é uma das categorias básicas através da qual se constrói a experiência. O tempo, hoje, se torna uma questão-chave nos conflitos sociais e na mudança social. “A juventude que se situa, biológica e culturalmente, em uma íntima relação com o tempo, representa um ator crucial, interpretando e traduzindo para o resto da sociedade um dos seus dilemas conflituais básicos” (MELUCCI, 1997 p. 07). Por isto, o tempo é tão importante para esta fase da vida, que faz do presente uma medida inestimável do significado da experiência. Neste sentido, compreendemos que as socializações devem contribuir para o desenvolvimento de uma idade infanto-juvenil formada a partir de uma dialética emancipadora, na qual crianças e adolescentes consigam construir uma representação mental de si mesmas amparadas em ações de participação, diálogo e solidariedade. Os espaços de socialização tornam-se, então, integrantes da experiência e toda a estrutura que os configura participa da construção de sentido.

Percebendo estas manifestações, procuramos desenvolver uma pesquisa que colocasse em discussão a problemática infanto-juvenil, considerando os elementos principais que participam desta representação: a comunicação e a cultura. Assim, identificamos, em Porto Alegre, RS, a experiência pioneira da organização não-governamental (ONG) Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice), na produção do jornal Boca de Rua, especialmente, do encarte Boquinha. A Alice existe desde 1998 e é formada por jornalistas, educadores, psicólogos e profissionais de diversas áreas. A ONG tem como objetivo desenvolver projetos de comunicação voltados para a área social, a partir da discussão do comportamento, da ética e das tendências da grande imprensa, com a proposta de formar leitores críticos e contribuir para democratizar e qualificar a informação no país. O jornal Boca de Rua é uma publicação produzida e vendida por pessoas em situação de risco social,

moradores de rua da capital gaúcha. Os textos, as fotos e as ilustrações são elaborados pelos sem-teto durante oficinas semanais, realizadas no Restaurante Popular, no centro da cidade. Apesar de o trabalho ser orientado por jornalistas, apenas a edição e a diagramação é executada por profissionais de comunicação. O dinheiro arrecadado na comercialização do veículo é revertido integralmente para os integrantes do grupo, constituindo uma fonte alternativa de renda. No desenvolvimento deste projeto, em 2003, surgiu o encarte especial Boquinha, resultado de uma nova situação imposta pelos adultos do Boca de Rua que chegavam às reuniões cercados por crianças e adolescentes. Eram os filhos, irmãos, sobrinhos, enteados e protegidos que viviam com eles.

A partir dessa experiência, procuramos analisar se as práticas de produção poderiam oportunizar às crianças e aos adolescentes, que participam das ações, novas perspectivas de vida, motivadas pelo diálogo e pela reflexão sobre suas realidades. A socialização permitida no desenvolvimento destas atividades é que vai possibilitar novas construções de sentido para um público que vivencia, cotidianamente, a pobreza e a exclusão social. São práticas desenvolvidas na esfera da cultura, com uma proposta que vai além das simples interações culturais, mas que permitem o desenvolvimento da consciência crítica e da apropriação de um poder, amparado na reflexão. Assim, procuramos observar se a prática jornalística, situada no espaço da cultura, pode configurar uma nova proposta de ação cultural emancipatória, permitindo que identifiquemos elementos que conduzam a uma observação sobre cidadania.

Certamente, essa discussão perpassa os elementos que constroem as práticas de produção desse jornal e que o configura como um meio de representação da vida cotidiana do público que o desenvolve. Este entendimento forma o que Thompson (2002) chama de concepção estrutural da cultura, pois considera o caráter simbólico dos fenômenos culturais em relação aos contextos estruturados social e historicamente nos quais estão inseridos estes fenômenos.

Nesse sentido, buscamos compreender a problemática apresentada, por meio de um sentido colocado em comum, durante o processo de produção, e que permite o resgate da experiência. A comunicação comunitária compreendida sob a perspectiva da comunidade, do estar junto, do algo em comum, passa a ser desenvolvida como uma leitura que caminha ao lado da construção dos significados e da elaboração dos produtos de comunicação, por apresentar características que colocam os sujeitos em relação, a partir de suas diferenças. Desta forma, a desigualdade passa a ser discutida e questionada não apenas a partir de sua problemática, mas paradoxalmente como uma realidade que pode apresentar novos caminhos. Por isto, entendemos ser importante trazer à discussão a possibilidade de emancipação,

proposta por Sousa Santos (2000), na qual a característica estético-expressiva permitiria uma tentativa de vivência digna e cidadã e, ao mesmo tempo, autônoma, na qual crianças e adolescentes se colocariam no mundo como sujeitos e não como meros atuantes de uma condição social. Neste contexto, a apropriação dos instrumentos de comunicação possibilitaria o resgate do sentido local da cultura como alternativa ao global, formando um lugar, no jogo de forças ao qual este tipo de cultura faz parte, que identifica a negociação como forma de reorganização dos espaços simbólicos e políticos (GARCÍA CANCLINI, 2005). Ao perceber que a participação pode ser desenvolvida como uma prática sociocultural, como um processo de socialização, compreendemos que, nos dias atuais, da regulação da emancipação, é necessário não apenas ter liberdade de expressão e participação, mas compreender as arestas pelas quais passam as esferas econômica, política e social, no contexto da cultura e do qual os meios de comunicação fazem parte.

Sendo assim, buscamos focar, nesse artigo, apenas uma parte da pesquisa realizada pela autora, apresentando o processo de produção do Boquinha, no qual pudemos conhecer, a partir do método de observação participante. Assim, podemos analisar, prioritariamente, os sentidos que permearam os diálogos e o processo de socialização que nos permitem perceber a atual concepção de participação, que não se limita a manifestar intenções, mas coloca o sujeito no centro do processo emancipatório, oportunizando a construção de uma cidadania menos desigual e mais democrática.

2 A CONDIÇÃO INFANTO-JUVENIL

Conforme Peralva (1997), a definição da infância e da juventude enquanto fases particulares da vida torna-se não apenas uma construção cultural, mas uma categoria administrativa, que abriga fortes diferenças sociais em seu interior. Ao mesmo tempo em que a modernidade possibilita avanços, provoca contradições que emergem cotidianamente das relações sociais. Com seus direitos preservados, as crianças, principalmente, passaram a dispor de programas sociais específicos garantindo seus direitos fundamentais nas diversas esferas da vida social (saúde, educação, cultura, convivência familiar e comunitária, esporte e lazer) e garantindo, de certo modo, seu desenvolvimento básico. Entretanto, em outra etapa da vida, o público juvenil representa um grupo que se reserva a direitos básicos obtidos na infância, mas também de outros específicos, que precisam ser reivindicados, por ser uma etapa da vida em que se preparam para a entrada funcional na sociedade. Abramo (1997) diz que os jovens continuam desfocadamente visíveis, obscurecidos por uma sensação de que a

falta de preparação de agentes sociais para trato com este público é porque a adolescência é uma fase difícil de lidar.

Quando Peralva (1997) fala sobre as fases da vida, explica que não se tornam apenas autônomas, umas em relação às outras, mas permanecem interdependentes e hierarquizadas, intrínsecas à lógica da modernização. Neste caso, quando assumem a concepção de juventude, os sujeitos passam a reproduzir as ações que até então vinham se desenvolvendo através de suas relações.

[...] como um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos. É, assim, o momento crucial no qual o indivíduo se prepara para se constituir plenamente como sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e podendo desempenhar os papéis para os quais se tornou apto através da interiorização dos seus valores, normas e comportamentos (ABRAMO, 1997, p. 29, grifo da autora).

Na Convenção sobre os Direitos da Criança¹, a Organização das Nações Unidas (ONU) diz que criança é todo ser humano com menos de dezoito anos de idade. No Brasil, a partir da formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criança é toda pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos. Mas, também se aplica excepcionalmente o Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. Ou seja, é uma concepção formada pela sociedade de maneira a permitir o desenvolvimento dos sujeitos, com a finalidade de inseri-los no universo adulto. Aqui, pelos termos jovens e juventude quer-se, também, contemplar a idéia da concepção infanto-juvenil, pois se acredita na construção relacional de um sujeito que hoje é adulto, mas que um dia foi criança e adolescente. A fase de transição de uma idade da vida a outra é preparada, segundo Melucci (1997), em termos de perspectiva temporal, da maneira como a experiência do tempo é vivenciada pelo indivíduo. Os fatores cognitivos, emocionais e motivacionais como o indivíduo organiza seu estar na sociedade é que permite a construção de atitudes futuras. A adolescência, sendo a primeira fase para a transição da vida adulta, assume papel fundamental na consciência do sujeito, que percebe nas condições de sua existência a capacidade de construir novos rumos ou de reproduzir ações estabelecidas em sua comunidade familiar e social.

¹ Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca1.php>. Acesso em: 17 jul. 2008.

A concepção da condição infanto-juvenil aqui explorada revela a perspectiva de uma sociedade que estabelece condições para a vivência de sujeitos em desenvolvimento. Tanto na consideração de infância, quanto de adolescência, como estabelecido pelo Estatuto, as disposições sobre os deveres que se colocam à frente das perspectivas da juventude superam as reais condições de desenvolvimento oferecidas pelas políticas públicas. O tempo linear de desenvolvimento no âmbito familiar, primeiramente, foi reduzido devido à racionalização moderna que entende por certo a educação formal como maneira de desenvolvimento socioeconômico. De certa forma, ao preparar crianças e adolescentes, a partir deste tipo de educação, para a sobrevivência na vida futura, o Estado e a própria sociedade esperam receber um indivíduo adequado às normas e convenções sociais. Se, entretanto, os questionamentos críticos e as ações desregradadas forem expostos publicamente, as interpretações recaem sob o aspecto da disfunção social. O que não se percebe, certamente, nestas situações, são os contextos nos quais os sujeitos emergem suas falas. Em situação de pobreza, as vozes podem estar obscurecidas e Telles (2006) fala disto, ao dizer que muitas leis no Brasil não foram feitas para dissolver, mas para cimentar os privilégios de alguns. Uma sociedade de éticas particularistas que, “ao serem projetadas na esfera pública, repõem a hierarquia entre *pessoas* no lugar em que deveria existir a igualdade entre *indivíduos*” (p. 87, grifo da autora). Neste caso, a reprodução dos discursos formados na esfera formal pode pressupor a construção de uma conduta que limita o pensar crítico.

O que se torna claro na discussão da condição infanto-juvenil é a funcionalização de seu tempo de vida, mas, principalmente, a construção de um sujeito que sirva às demandas da estrutura econômica e social. Na inserção da criança no ambiente educacional formal, os pais já projetam perspectivas de melhoria de vida. E as instituições sociais públicas ou privadas, no decorrer da vida do indivíduo, constituem ambientes que colaboram para esta formação. São desenvolvidos programas de capacitação para entrada no mercado de trabalho e profissionalização em segmentos industriais específicos como forma de ‘moldar’ as atividades profissionais dos futuros cidadãos. É a lógica racional. Ao mesmo tempo em que se avança no desenvolvimento de políticas de proteção, educação e direitos humanos, se equilibra a balança na manutenção da ótica liberal. Por isso, é importante discutir os espaços onde crianças e adolescentes constroem suas identidades, ao longo de suas vidas, considerando que todos participam de socializações necessárias ao desenvolvimento dessa etapa da vida, atuando diretamente na construção de suas consciências e possibilidades futuras.

3 NOVAS IDENTIFICAÇÕES

Em meio a todas as transformações que percebemos no processo de desenvolvimento das fases da vida do ser humano, sabemos que a constituição das identidades depende de todas as experiências vivenciadas pelo sujeito. Por isso, hoje, a noção de identidade passa a ser configurada como sociocomunicacional, devido às influências de um cenário maior, no qual são projetadas todas as ações da sociedade. Para o público infanto-juvenil, estas experiências são ainda mais significativas, pois nesta fase da vida são estimulados a desenvolver suas potencialidades comunicativas para a formação de laços sociais. As chances de se desenvolverem como sujeitos ativos e partícipes da sociedade estão diretamente ligadas às suas capacidades de promover encontros com outros. A experiência da socialização possibilita a formação de vínculos que ajudam a constituir as reservas emocionais de um adulto bem sucedido social e economicamente. Imaginamos que, neste processo, a oportunidade de frequentar espaços culturais e de lazer e de participar de grupos sociais contribui para a construção de uma visão mais crítica do mundo. Entretanto, se as chances de convívio são delimitadas nos espaços domésticos de lazer, em frente à televisão e aos apelos comerciais, o olhar questionador pode ser influenciado pela vontade do consumidor.

Diferente das gerações anteriores, o público infanto-juvenil de nossa época tem que encarar a paradoxal modernidade brasileira e conviver com suas deficiências, construindo relações cada vez mais fragmentadas, provocadas pela grande diferença de acesso a bens de consumo. Ao não se situarem em um lugar-comum, crianças e adolescentes precisam representar papéis e reinventar suas identidades, uma característica do 'sujeito pós-moderno', que pode apresentar mais de uma identidade, devido às transformações decorrentes de suas interações com os espaços que geram os processos de fragmentação (HALL, 2000). A construção da identidade de um indivíduo passa por relações estabelecidas em seu cotidiano, principalmente, em períodos de aprendizado, dúvidas e incertezas, como nessa fase da vida. Neste sentido, os significados passam a ter importância a partir da qualidade das vinculações desenvolvidas em seus percursos. Na vida globalizada, as mensagens exibidas e persuadidas pelo mercado do entretenimento e do consumo estão fazendo as identidades perderem seus elementos principais, destituírem-se de força, esvaziarem-se de valores, chegando a reverenciar o supérfluo e o capital. Hall (2000) explica que o indivíduo, após ser interpretado como constituído a partir de suas condições sociais e psíquicas, pode ser interpretado como um processo inacabado, em 'identificação'. "A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma *falta* de inteireza que é

‘preenchida’ a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*” (HALL, 2000, p. 39, grifo do autor).

Por isso, a constituição das identidades de crianças e adolescentes está diretamente associada à dinâmica sociocomunicacional desenvolvida nos diferentes espaços pelos quais se desenvolvem as relações sociais. Assim, se nestes ambientes as interações forem produzidas por relações que inibam a capacidade crítica e interpretativa deste público, certamente, a manifestação objetiva de suas ações será adaptada a esta condição de mundo. Isto porque crianças e adolescentes buscam significado no mundo exterior como forma de preencher suas incompletudes sociais. Posteriormente, as internalizam gerando um sentido, que passará a ser assumido como parte de sua identidade. Compartilham identificações ao assistirem e captarem mensagens de ações e práticas de outros indivíduos.

Quando Sousa Santos (2000) identifica que novos espaços de socialização, criados através de projetos desenvolvidos por escolas ou por ONGs – como a Alice com o Boca de Rua e o Boquinha – podem constituir o que ele chama de um paradigma emergente, temos a percepção de que novas relações sociais podem ser desenvolvidas a fim de permitir a crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade e risco social, a construção de novas identificações por meio destes processos socioculturais. O sentido estético-expressivo, segundo o autor, recuperaria o sentido de comunidade – ou seja, de preenchimento de laços sociais, de valores em comum – com o objetivo de estabelecer uma dialética positiva emancipadora, por meio da participação e da solidariedade. Assim, podemos pensar que os meios de comunicação como participantes da construção de significados da vida social e detentores de um poder que permite o acesso à informação e à comunicação, podem ser instrumentos desse processo cultural.

A construção da vida social pela prática jornalística oportuniza a verificação de elementos que constituem tanto a materialidade das formas simbólicas quanto a narratividade das ações cotidianas. Para Paiva (2006), a narrativa jornalística se desenvolve na relação do indivíduo com o cotidiano, na qual as sociedades produzem formas de se relatar, formando expressões intrínsecas ao meio social. “O jornalismo é narrativa por si mesmo. Esta é a hipótese que se pretende demonstrar tomando como metodologia os instrumentos da prática jornalística, sejam pauta, apuração, produção. É na seqüencialidade da sua produção que a narrativa se apresenta e existe” (PAIVA, 2006, p. 67). E esta narrativa se desenvolve nos processos de produção das informações jornalísticas, a partir de princípios que orientam a organização dos assuntos e as fontes de conteúdo, configurando a pauta. A concepção de

linguagem como interação social apresenta uma proposta na qual a significação é desenvolvida durante um processo de articulação mental que se apropria de novas formas de sentido elaboradas pelo outro. O contato com o outro permite, então, o desenvolvimento de uma subjetividade que se concretiza no ato da fala.

4 A EXPERIÊNCIA DO BOQUINHA

Uma das formas de compreender o estudo proposto foi utilizando a observação participante como instrumento de interpretação da realidade. Não poderíamos desenvolver uma pesquisa sob a ótica comunitária sem participar das rotinas e processos que permeiam todo o trabalho. Principalmente, se este é realizado para produzir um jornal que tem em sua concepção o objetivo de ser uma espécie de janela para o mundo.

Ao pensarmos em observar o grupo composto pelas crianças e adolescentes que produzem o Boquinha, buscamos conhecer o desenvolvimento dos diálogos, das narrativas, das histórias, mas, principalmente, o relacionamento que permitia que vivências e experiências de vida fossem traduzidas em palavras. O foco na produção do jornal e no processo que leva à sua execução foi, sem dúvida, um dos pilares da observação, porém, outros indicadores passaram a compor as interpretações que brotavam de cada encontro. Muitas dúvidas e incertezas surgiram no decorrer das vivências, provocando o desenvolvimento de novos questionamentos e, conseqüentemente, novas descobertas. Por isso, acreditamos ser de fundamental importância descrever analisando as percepções sobre a investigação realizada em campo.

O processo que permite ao grupo infanto-juvenil do jornal Boca de Rua desenvolver atividades de forma distinta do grupo adulto passa por questões sócio-históricas superadas pela organização promotora. Desde o primeiro encontro, procuramos compreender melhor a comunicação. Fato que estimulou, cada vez mais, a problematização das questões. Um dos aspectos foi a participação. A forma como é realizada permite que as diferenças não sejam omitidas, mas apresentadas, e não de forma denunciativa, mas através de uma maneira subjetiva que faz a realidade ser sentida e compartilhada com eles. Em todas as reuniões, acompanhamos a busca de uma relação de entendimento, principalmente, com as pessoas que estavam ali para ouvirem os relatos. A todo instante a possibilidade de ser ouvido representava a conquista por um espaço, muitas vezes negado no cotidiano. No início das reuniões, após chegarem do almoço, reuniam-se com o grande grupo para uma conversa com as monitoras e as coordenadoras. Após a exposição das atividades, várias perguntas eram realizadas pelas orientadoras, a respeito da vontade deles em desenvolver os trabalhos. Na

maioria das vezes, as respostas eram positivas, porém, havia casos que chamavam a atenção, como um adolescente que, às vezes não participava das atividades porque estava cansado devido às suas tarefas domésticas e de ajuda nos cuidados da doença da avó.

Por se tratar de uma população que sofre todo tipo de discriminação e violência, a proposta do projeto se desenvolve trabalhando o oposto desta realidade. Se a participação for condicionada à produção, a potencialidade da criança ou do adolescente poderá ser reprimida e sua representação forjada. Exatamente o oposto que propõe sua metodologia: “estabelecer um espaço fértil de criação, em que todos ensinam e todos aprendem, sem a intenção de substituir ou repetir o professor em sala de aula” (AGÊNCIA LIVRE PARA INFORMAÇÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO, 2007, p. 65).

Outro ponto que recebeu atenção foi a forma criada pela equipe técnica de estimular o processo criativo dos participantes. Após iniciarem a discussão sobre determinado assunto, as crianças e os adolescentes são instigados a pensar detalhadamente sobre a questão levantada. Através de contínuas perguntas, o grupo é provocado a buscar em sua memória os fatos e eventos vivenciados, de acordo com o tema proposto. Algumas vezes, apresentam histórias que se complementam formando os textos apresentados no jornal. Como explicado na metodologia:

Provocar é a palavra-chave para fazer aflorar o mundo interior de uma criança ou adolescente. Não no sentido de irritar, mas de instigar e de subverter o lugar comum que costuma vir no primeiro momento do debate, quando o grupo tende a repetir as verdades prontas ditadas pelos adultos, pela mídia, pela música massificada. Esta primeira leva de considerações pode ser encarada como um aquecimento necessário. Superada a fase inicial, vem – sempre e invariavelmente – a etapa criativa, que deve ser registrada pelos técnicos e trabalhada para compor o jornal. O cuidado principal neste momento é não induzir. Assim, as ‘provocações’ usadas devem ser: como? Não entendi bem. Explica melhor. É mesmo? E que mais. E tu, fulano, o que pensa disso? Só isso? E assim por diante (AGÊNCIA LIVRE PARA INFORMAÇÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO, 2007, p. 68, grifo do autor).

Parece um método baseado no questionamento, uma atitude pouco estimulada na era pós-moderna. A maioria das crianças e adolescentes, em geral, costuma receber uma imensa demanda de informação através, principalmente, dos veículos de comunicação, contudo sem processá-la. No caso do grupo, as discussões de pauta são desenvolvidas a partir das informações recebidas por eles com relação ao seu cotidiano. Por meio disto, a comunicação é realizada no momento da troca, não só das informações, mas das vivências, dos sentimentos, permitindo que as percepções sejam compreendidas. Isto gera um conhecimento

compartilhado, além de mostrar o que realmente pensam. Com certeza, este tipo de prática representa uma nova forma de desenvolver a cidadania. Permite que cada criança e adolescente reconheça seu papel de cidadão por assumir uma postura crítica em relação a seu mundo, fazendo com que as percepções sobre seus direitos e deveres sejam revistas.

Porém, somente observar o impacto provocado pelas discussões não seria suficiente para compreender toda a dinâmica do processo. Por isto, passamos a analisar a postura das monitoras em relação aos integrantes do grupo. No decorrer dos encontros, sempre ao proporem uma atividade, as orientadoras buscavam esclarecer o trabalho através de linguagem simples e direta que pudesse ser compreendida. Entretanto, muitas vezes, palavras novas eram adicionadas ao vocabulário e, em seguida, explicadas de acordo com algum exemplo do cotidiano do grupo. O mais interessante desta ação era ver o retorno imediato das crianças e dos adolescentes. No mesmo instante, as novas palavras eram interpretadas e reinterpretadas, fazendo surgir inúmeras histórias. Podemos pensar que esta habilidade das monitoras, pode ser identificada como aquilo que Paulo Freire explica ser uma comunicação dialógica, que contempla o entendimento cercada pelo “pensamento-linguagem-contexto” (1979, p. 70). Em diversas situações, a monitora que explicava com cuidado a tarefa do dia, também preocupava-se em estimular o desenvolvimento de valores necessários ao bom convívio social. Esta, sem dúvida, também é uma preocupação do projeto. Pois, ao perceber que as crianças e adolescentes podem carregar traços que os identifiquem como moradores de rua, procuram demonstrar, através de conversas, outras possibilidades, permitindo aos participantes criar um novo olhar sobre a realidade. Também, ao depararem-se com situações de conflito, buscam um acordo pela palavra, sendo sempre respeitados. O respeito, o carinho e a compreensão são elementos-chave do processo comunicativo do Boquinha. Muitas vezes, acostumados a uma realidade dura e sem afeto, as crianças e os adolescentes passam a desenvolver atitudes agressivas. Em algumas ocasiões, percebemos, na dinâmica das atividades, alguns resquícios destas mazelas. Entretanto, alguns demonstraram o oposto, buscando desenvolver com as orientadoras uma relação de carinho e respeito.

A relação de respeito pôde ser observada também na forma como a percepção do grupo é colocada no papel. Na maioria dos casos, buscam estimular o raciocínio e a argumentação por meio de trabalhos artísticos. Outras vezes, através da fala, mas quase nunca através da escrita. Então, desta situação foi possível levantar alguns questionamentos, pois todos os participantes do projeto infanto-juvenil freqüentam a escola. Como nesse espaço, a preocupação maior é manter um ambiente livre de julgamentos, repressão ou qualquer comportamento que coíba a liberdade de expressão dos integrantes, a proposta foi trabalhar

sem exigir uma representação escrita em palavras. A partir de um episódio ocorrido durante um dos encontros, este aspecto foi sendo trabalhado cada vez mais. Um dos adolescentes, na época com 12 anos, estava enfrentando problemas na escola e na família. Quando chegava ao grupo não conseguia desenvolver as atividades, principalmente, escritas. Ao conversar com o menino e acompanhar a problemática com a família, as monitoras perceberam que sua atitude no projeto estava vinculada ao seu estado emocional, que não permitia transmitir seus pensamentos através da linguagem escrita, criando uma espécie de bloqueio. Como na escola isto ocorria e tanto a professora quanto os colegas tinham atitudes condenativas, o adolescente se fechou. Nesse caso, a participação do menino no Boquinha foi estimulada através da linguagem oral e da produção de trabalhos artísticos, o que gerou o desenvolvimento de suas potencialidades, fazendo com que pudesse acompanhar os demais, melhorando seus resultados, inclusive na escola.

Sem dúvida, a metodologia de trabalho do grupo foi construída no decorrer dos anos, conforme a realidade surgia. E isto, acreditamos, é um dos principais pilares do projeto, que sustenta, inclusive, o processo comunicativo. Ao buscar trabalhar com a dinâmica comunitária, não seria possível desenvolver o ser humano e suas possibilidades, suas palavras e pensamentos, se não fosse com ações de respeito aos seus direitos fundamentais. A relação gerada pela diferença e não pela igualdade, premissa da comunicação comunitária pode ultrapassar os momentos com o grupo e transcender as demais relações sociais.

Conforme Esposito (2007), o sentido de comunidade apresenta sua idéia como uma formação comunitária que reage a um niilismo completo, como uma proposta para um novo pensamento de comunidade. Não coloca a comunidade como um espaço a ser ocupado por sujeitos em um local específico, mas atribui o sentido de *communitas*² como algo a ser compartilhado e, ao mesmo tempo, subtraído. Neste sentido, a comunidade passa a ser vinculada não mais por fatores ‘em comum’, mas por colocar em evidência os próprios limites individuais. Ao ser exposta a outra realidade, a criança ou o adolescente passa a absorver informações que se chocam com suas concepções de verdade, colocando em evidência suas diferenças sociais. Nesta experiência, a absorção de novas mensagens faz o sujeito reinterpretar suas possibilidades e reconstruir-se. Assim, a idéia de comunidade parte da

² O autor analisa o termo *communitas* a partir de *munus*, do qual ele deriva e conclui que é a distância categorial de toda idéia de propriedade coletivamente possuída por um conjunto de indivíduos – ou mesmo de seu pertencimento a uma identidade comum. Aquilo que, segundo o valor do conceito, os membros da *communitas* compartilham – exatamente o complexo, mas forte, significado de *munus* – é, sobretudo, uma expropriação da própria substância, que não se limita ao seu ‘ter’, porém que abrange e corrói o seu próprio ‘ser sujeitos’ (ESPOSITO, 2007).

‘relação’ gerada pela diferença e não pela igualdade. Pois, a ausência existente em cada um corresponde ao preenchimento realizado pelo outro.

Nessa experiência, o desenvolvimento da comunicação comunitária que, segundo Béltran (1981), pode ser chamada de horizontal, permite que o processo de interação social se desenvolva em uma proposta democrática baseada no intercâmbio de símbolos os quais os seres humanos compartilham suas experiências sob condições menos desiguais em favor do diálogo e da participação. O caminho que leva à construção da cidadania de crianças e adolescentes é iniciado quando elementos de participação lhe são oportunizados. O cidadão é entendido como aquele que participa ativamente da sociedade a partir da busca por seus direitos e prática de seus deveres. O sujeito, quando criado em um ambiente favorável ao seu desenvolvimento humano e social, onde lhe são proporcionadas condições favoráveis de aprendizagem, tem grandes possibilidades de se tornar um cidadão de fato e promover ações em benefício próprio e da sociedade. Ao contrário, aqueles que não crescem em contato com esse universo podem incorrer ao erro de reproduzir modelos de sujeição e aceitação, não buscando seus direitos. A comunicação participa desse processo quando permite que crianças e adolescentes, a partir da exposição e captação de informações pelos meios ou pelas pessoas, interajam com outros e estabeleçam novos canais de informação e aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que, o ser humano, ao ser estimulado e colocado em processos relacionais que oportunizam a construção de novas significações para sua vida, se permite sair do ciclo de reprodução e expandir sua consciência em busca de novos horizontes. Essa possibilidade revela a ele próprio sua presença no mundo, sua voz e sua capacidade de encontro com outros. Um processo que, pouco a pouco, desenvolve a ação emancipatória, necessária para a construção da cidadania e da democracia.

As possibilidades de participação fazem parte do processo metodológico, desenvolvido no Boquinha. Durante o processo de produção dos textos, o acesso a novas informações permite que o grupo seja instigado a pensar sobre sua realidade. As discussões giram em torno de temas de um cotidiano que revela suas faces negativas. Mas, ao serem questionados, são estimulados a refletir sobre as situações e produzir novas significações. Por este método, as crianças e os adolescentes são expostos a novas informações e instigados a elaborar novos processos argumentativos, permitindo a construção de novas ‘visões de mundo’. E é esta característica que determina a potencialidade da produção como uma ação emancipatória.

Nessa experiência, o ambiente de livre expressão e comunicação, característico de produções comunitárias, permite que as interações sejam realizadas de forma a conduzir uma discussão criativa. Mesmo se identificados com propostas individualistas e não solidárias conseguem desprender-se e exercitar suas potencialidades em atividades em grupo, redescobrimo suas habilidades de participação e negociação. Uma maneira de resistir aos modelos de dominação, e escrever, por meio de linguagem própria, narrativas que, de outra forma, não seriam elaboradas. Uma forma de ‘dar voz’ e, ao mesmo tempo, permitir que populações discriminadas e excluídas façam parte de um espaço público que deveria ser de todos e para todos.

A apropriação de práticas jornalísticas para o desenvolvimento de representações simbólicas constitui uma ação comunicativa própria de grupos que buscam dar visibilidade a suas realidades. E esta oportunidade, de produzir histórias e conhecimento, partindo da captação de informações, desenvolvendo o processo argumentativo e produzindo escrita ou verbalmente suas narrativas, confere legitimidade ao processo. Isto porque, ao termos como intenção observar o processo comunicativo, devemos identificar tais características e analisar suas intersecções, principalmente, por sabermos do processo simbólico que está em formação.

Dessa forma, pensamos que a experiência observada nos permite acreditar que no mundo capitalista e individualizado existe resistência a um modelo dominante de comunicação. E as mudanças estão sendo oportunizadas na relação entre a comunicação e a cultura. Se as práticas culturais estão sendo, hoje, invocadas para resolver problemas econômicos e políticos, como aponta o Relatório de Desenvolvimento Humano 2004³, que fala sobre a ‘Liberdade Cultural num Mundo Globalizado’, torna-se fundamental conhecer os processos pelos quais as interações, que firmam estas ações, estão se desenvolvendo. Nesse sentido, acreditamos que a comunicação, a partir do acesso a seus meios, pode contribuir para o desenvolvimento de um novo paradigma. Um processo, conforme apresentado por Sousa Santos (2000), que coloca as práticas culturais, a partir de manifestações artísticas, da expressão das subjetividades e de uma moral-prática, como um princípio de vida, para a sociedade globalizada. Assim, a lógica do capital poderá ser ressignificada em ações de solidariedade, na qual todos terão acesso aos bens necessários para seu desenvolvimento, a partir da valorização do ser humano.

³ Produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, ANPED, n. 5 e 6, p. 25-36, mai-dez/1997.

AGÊNCIA LIVRE PARA INFORMAÇÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO. **Boca no mundo**: como trabalha o Boca de Rua, 2007.

BELTRÁN, Luiz Ramiro. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. In: Comunicação Alternativa Cultura Popular. **Comunicação & Sociedade**. São Paulo, n. 6, p. 5-35, set. 19.

ESPOSITO, Roberto. Nilismo e Comunidade. In: PAIVA, Raquel (org). **O retorno da comunidade** – os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 15-30.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**: mapas da interculturalidade. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: Juventude e contemporaneidade. São Paulo. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, números 5 e 6, p. 5-14, mai-dez/1997.

PAIVA, Raquel. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 30, p. 62-70, ago/2006.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo de cultura. In: Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, ANPED, n. 5 e 6, p. 15-24, mai-dez/1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2004**. Camarate, Portugal: SIG, 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/> Acesso em: 15 jul. 2008.

SOUSA SANTOS, Boaventura. A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. Vol.1. In: **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais, afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna** – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.